

# Observatório da Oposição

21 DE OUTUBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 69

DÍVIDA PÚBLICA

**Exclusão das estatais do  
orçamento: a volta de um  
problema superado**

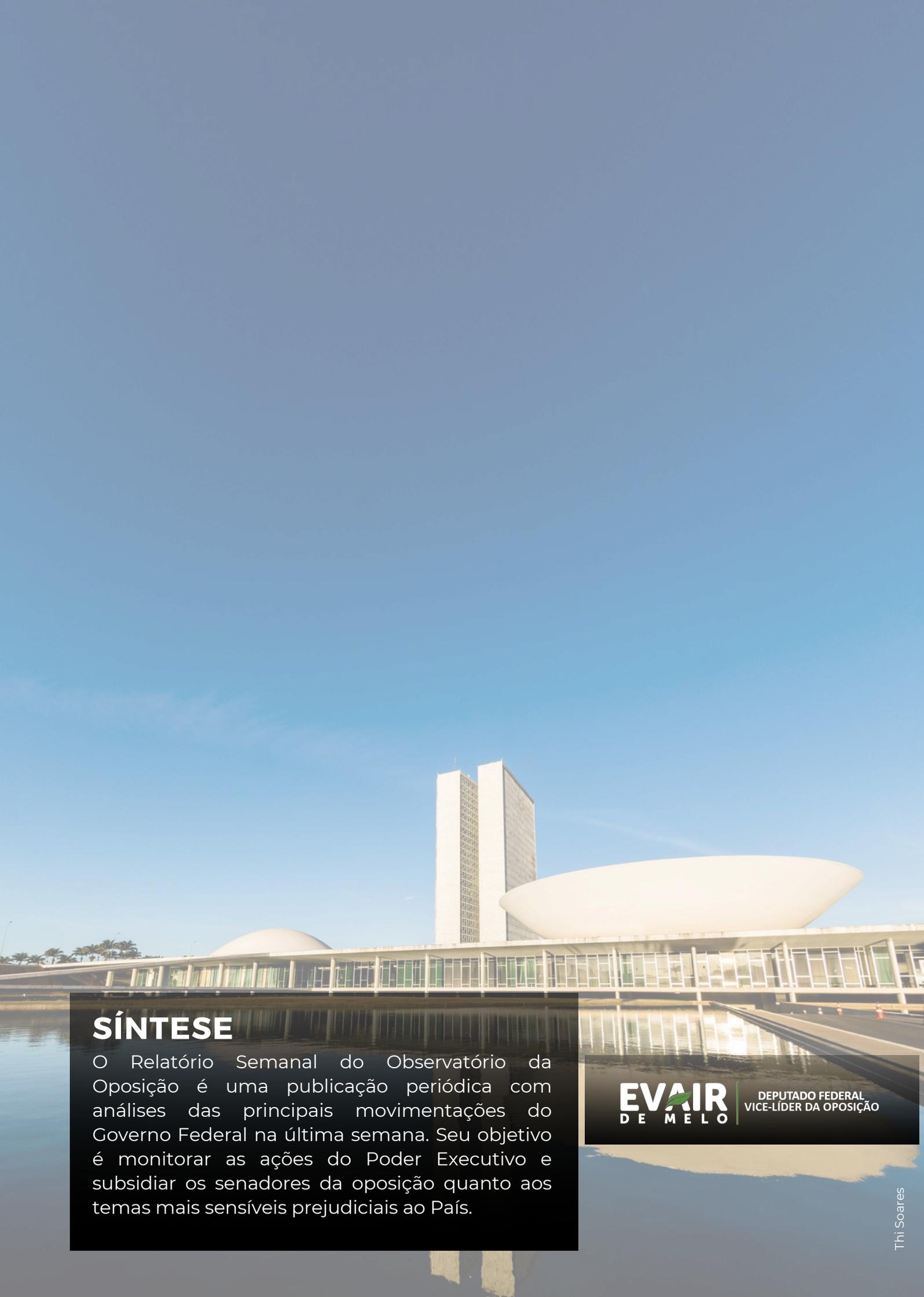
SENADOR  
**ROGÉRIO  
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO  
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL  
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

**EVAIR  
DE MELO**

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO





## SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

1

## ECONOMIA

Página

Exclusão das estatais do orçamento: a volta de um problema superado 01

Fundos Públicos na mira do governo 03

2

## EDUCAÇÃO

Com execução fora do arcabouço fiscal, sem transparência e a custos questionáveis, o governo ainda fala em ampliar o Pé de Meia 05

3

## POLÍTICA

Políticas públicas do governo lula possuem péssimos números 10

4

## TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Lula contra Transparência 14

5

## MEIO AMBIENTE

Governo Federal Apresenta Projeto ao Congresso que Pode Criminalizar Produtores Rurais de Boa Fé 17

6

## AGRO

Governo ignora relatório da CGU e pretende gastar R\$ 450 milhões com novas terras para o MST, enquanto assentados existentes sofrem com o abandono 21

7

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PT de Lula reconhece a vitória de Maduro nas eleições da Venezuela 24

8

## DEFESA

O Ministro da Defesa de Lula confessou 27

# 1 ECONOMIA

## Exclusão das estatais do orçamento: a volta de um problema superado

*Estatais com déficit recorde, tentativa de retirada das estatais do orçamento e “Manifesto Inflacionista” pedindo mais inflação no país mostram a volta do pior da política econômica pré-1988.*

- [O déficit recorde de R\\$ 7,33 bilhões das estatais brasileiras em 2024](#) é um reflexo claro de problemas estruturais e de gestão no setor, agravado pela insistência em usar as estatais para turbinar as despesas do PAC.
- Esse é o pior desempenho registrado em 22 anos, revelando uma deterioração significativa das finanças públicas, que ocorre justamente em um momento em que o governo enfrenta dificuldades em equilibrar suas contas e buscar credibilidade no cumprimento do novo arcabouço fiscal.



- Nas estatais federais, alcançou-se um déficit de R\$ 3,45 bilhões. Em 2022, [essas mesmas empresas tiveram superávit de R\\$ 5,5 bilhões](#). Essa diferença de praticamente R\$ 9 bilhões já afeta o resultado primário do governo e mostra um retrocesso na melhora da gestão dessas empresas no governo Bolsonaro.
- A reação do governo, no entanto, foi a pior possível: a de flexibilizar a saída de estatais dependentes do orçamento geral, explicado em sequência.

## Tentativa de exclusão das estatais do orçamento

- Diante desse cenário, o governo decidiu recorrer novamente à prática de tirar despesas do arcabouço fiscal. Veja a mudança:
  - A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 prevê que as empresas estatais dependentes poderão fazer um plano de transição para se tornarem independentes.
  - Durante esse período, essas empresas vão sair do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, o que dificulta o controle das da execução orçamentária.
  - No entanto, essas empresas, para efeitos orçamentários, serão consideradas como não dependentes, mesmo que apenas estejam em transição - o que não garante que elas sejam capazes de se manterem sem ajuda da União. A consequência disso é que essas estatais deixam o orçamento do governo e escapam do arcabouço fiscal, dando uma folga artificial para os números do governo.
- Ainda assim, o Ministro da Fazenda veio em defesa da medida, argumentando que o objetivo da proposta não seria o de retirá-las do arcabouço. [Se isso procedesse](#), o plano em questão manteria as estatais no orçamento até que elas pudessem ser independentes, como já dita a legislação atual. **Da forma que o texto se apresenta, vê-se apenas mais uma manobra para maquiar as contas do governo.**
- Notamos que a retirada dessas estatais do orçamento ainda afeta a dívida pública, consolidando uma situação em que podemos atingir metas que só existem no papel, mas ter aumento vertiginoso na dívida pública.

# Fundos Públicos na mira do governo

*O governo Lula consolidou a estratégia de realizar operações fora do orçamento para maquiar o gasto e expandir crédito barato.*

- A atual gestão [vem utilizando os recursos de fundos públicos para avançar na agenda de expansão fiscal](#). A estratégia permite que o dinheiro não transite dentro do orçamento, maquiando a verdadeira situação fiscal do país.
- Essa técnica foi amplamente utilizada nas gestões anteriores do PT. No período Dilma, por exemplo, fundos como o Funcef, Previ, Postalís e Petros foram dilapidados ao serem fonte de financiamento de projetos sem qualquer base econômica.
- Provou-se, à época, que os [fundos foram amplamente utilizados](#) para facilitar a corrupção, favorecimento de grupos específicos e desvio de dinheiro. Até hoje os servidores desses fundos pagam a conta desse uso político.



Citamos algumas operações que mostram a guinada no uso dos fundos:

1. FGO para o pé de meia (R\$ 6 bilhões)
2. Aumento da Participação no FGO (R\$ 4,5 bilhões)
3. Uso do FNAC para socorro às empresas aéreas (R\$ 4 bilhões)
4. Auxílio Gás com recursos diretamente para a Caixa (até R\$ 13,6 bilhões em 2026)
5. Uso de R\$ 20 bilhões do Fundo Social para mitigações climáticas
6. Desembolso de R\$ 7,7 bilhões por meio do FNDCT, Fust, Funttel, Fundo Clima e Fundo da Marinha Mercante
7. Prorrogação de garantias do FGO e FGI-Peac (30 bilhões);
8. Desvinculação de Superávit de Fundos (R\$ 20 bilhões).

- Hoje, o uso desses fundos para ampliar os gastos está em expansão, apesar de as gestões passadas terem avançado numa agenda de saneamento e blindagem dessas instituições.
- Ainda assim, o governo vem dobrando a aposta nessas flexibilizações. Em agosto, [o governo avançou em proposta para que fundos de previdência aportassem recursos em imóveis, financiando o PAC](#). Além disso, a gestão atual espera que os fundos comprem as Letras de Crédito de Desenvolvimento (LCD), disponibilizando recursos para o BNDES.
- Essas movimentações geraram reação na Funpresp, que agora pede a criação de um perfil de investimento baseado apenas em títulos. Com isso, os optantes desse regime estariam seguros de possíveis desmandos do governo no fundo.

## 2 EDUCAÇÃO

### Com execução fora do arcabouço fiscal, sem transparência e a custos questionáveis, o governo ainda fala em ampliar o Pé de Meia

*O programa Pé de Meia, considerado como vitrine pelo governo Lula, tem servido para o aumento dos gastos fora do arcabouço fiscal e para o ministro da educação promover um tour pelo país, sem que se tenha transparência quanto aos estudantes atendidos e aos valores gastos com os custos indiretos atrelados ao programa.*

- O Pé de Meia, **executado a margem do regramento orçamentário e das amarras do Regime Fiscal Sustentável (arcabouço fiscal)**, que vem sendo reiteradamente lançado por Lula e Camilo Santana, inclusive com a promessa de estendê-lo para universitários em 2025, sofre com a falta de transparência dos beneficiários atendidos e dos custos administrativos a ele atrelados.

# PÉ-DE-MEIA

## A POUPANÇA DO

## ENSINO MÉDIO

- O Ministério da Educação – MEC ilegalmente não dá a devida divulgação das relações dos estudantes contemplados com o incentivo financeiro-educacional ilegalmente, uma vez que há previsão expressa dessa obrigação na Lei nº 14.818/2024, que criou o Pé de Meia.
- A página dedicada do MEC se restringe a informar um número total de estudantes já atendidos (3,9 mil) e o quantitativo de novos estudantes (1 mil).
- Por outro lado, demonstra o quanto o ministro da educação tem viajado sob a justificativa de relançar o programa lançado em janeiro deste ano. Ao todo, a comitiva do MEC percorreu 17 estados nos últimos oito meses, entre lançamentos regionais, divulgação de calendário e expansão do programa, num total de 20 cerimônias oficiais.
- Tais cerimônias já custaram [ao menos R\\$ 500 mil do orçamento do MEC, com passagem e diárias relacionadas às tais cerimônias oficiais](#), conforme levantamento feito pela reportagem da Folha de São Paulo, com dados do Portal da Transparência. Sem levar em conta quando há participação de Lula, fato que ocorreu em ao menos três dos eventos relacionados ao programa.

## Como funciona o Pé de Meia?

- Criado como incentivo financeiro educacional na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público, o programa teve como público-alvo os estudantes de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa família, inicialmente estimado em 2,5 milhões, tendo sido estendido aos estudantes de famílias inscritas no CadÚnico, para mais 1,2 milhão de beneficiários, em agosto deste ano.
- O programa é operacionalizado por meio do Fundo de Custeio da Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar para Estudantes do Ensino Médio – FIPEM, fundo de natureza privada, com autorização normativa para aportes dos fundos privados: Fundo Garantidor de Operações (FGO), Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), e Fundo Social.

- Por se tratar de operações de crédito fundo a fundo, não há impacto primário nas contas do governo. A operação não é contabilizada como despesa, não havendo impacto no orçamento da União. Tudo isso para que o governo possa gastar além do permitido pelo “Arcabouço Fiscal”, que limita despesas e estabelece meta de resultado primário (receitas menos despesas, excetuados juros). Desse modo, o benefício operado pela Caixa vira uma despesa, sem constar no Orçamento federal, driblando os limites fiscais.
- O governo tem agido de modo a suprir esse fundo privado com os recursos financeiros necessários para financiar o programa até 2026. Porém, o MEC teria que destinar dotação orçamentária específica ao fundo na LOA de 2025 e 2026, como complemento, conforme determinação expressa do §1º do art. 15 da Lei 14.818/24, com impacto primário nas contas do governo. Algo que, neste ano, ainda não ocorreu.

*“Art. 15. As eventuais despesas decorrentes do disposto nesta Lei serão de natureza discricionária e ficarão sujeitas à disponibilidade orçamentária e financeira.*

*§ 1º O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de incentivos financeiros de que trata esta Lei e de estudantes que o recebem com as dotações orçamentárias existentes.”*

- O governo integralizou, em dezembro de 2023, o montante de R\$ 6,1 bilhões no Fipem, com recursos de crédito adicional aprovado pela Lei nº 14.771/23, ainda na vigência da Medida Provisória nº 1.198, de 27/11/23, segundo relatório da Caixa, somados aos R\$ 6 bilhões integralizados com recursos do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), com autorização dada pela Lei nº 14.995/2024.
- O relatório da Caixa demonstra, ainda, [desvalorização expressiva das cotas do fundo](#), conforme quadros 1 e 2 abaixo.

**Quadro 1.** Valor do patrimônio do programa de garantia FIPem, o valor patrimonial da cota, a variação da cota em relação ao mês anterior e a variação apurada em relação ao valor inicial:

Agosto/2024				
COTISTAS	VALOR COTA INICIAL	Nº COTAS	VALOR INTEGRALIZADO	PATRIMONIO ATUAL
União	R\$ 100,00	61.000.000	R\$ 6.100.000.000,00	R\$ 4.298.076.788,20
FGEDUC	R\$ 78,58	76.355.260	R\$ 6.000.000.000,00	R\$ 5.380.012.622,51
Total	R\$ 70,46	137.355.260	R\$ 12.100.000.000,00	R\$ 9.678.089.410,71

Fonte: [CAIXA/GEFUS/DF](#).

**Quadro 2.** Valor Patrimônio e Valor Patrimonial da Cota:

MESES	VALOR DO PATRIMÔNIO	VALOR PATRIMONIAL	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO MÊS ANTERIOR	VARIAÇÃO APURADA EM RELAÇÃO AO VALOR INICIAL
jan.-24	R\$ 6.163.628.725,17	R\$ 101,0430939	1,04%	1,04%
fev.-24	R\$ 6.212.284.526,21	R\$ 101,8407299	0,79%	1,84%
mar.-24	R\$ 5.770.712.681,36	R\$ 94,6018472	-7,11%	-5,40%
abr.-24	R\$ 5.259.794.453,35	R\$ 86,2261386	-8,85%	-13,77%
mai.-24	R\$ 4.793.382.941,39	R\$ 78,5800482	-8,87%	-21,42%
jun.-24	R\$ 10.138.646.047,13	R\$ 73,8133076	-6,07%	-26,19%
jul.-24	R\$ 10.231.061.388,51	R\$ 74,4861274	0,91%	-25,51%
ago.-24	R\$ 9.678.089.410,71	R\$ 70,4602752	-5,40%	-29,54%
set.-24	R\$ 9.099.107.798,47	R\$ 66,2450627	-5,98%	-33,75%

Fonte: [CAIXA/GEFUS/DF.](#)

- Em tempo, a lei que criou o programa ainda autorizou a utilização dos superávits financeiros do fundo social (pré-sal), apurados entre 2018 e 2023, como fonte de recursos para a integralização do Fipem, no limite máximo de R\$ 13.000.000.000,00 (treze bilhões de reais).
- Se não bastasse a execução de uma política pública fora do orçamento, contrariando expressamente o art. 167, I da Constituição Federal, que veda a execução de políticas sem previsão em lei orçamentária, o custo operacional do Fipem é questionável. Segundo [artigo da deputada Bia Kicis](#), publicado no Diário do Poder, os chamados custos administrativos do pé de meia, até final de agosto, são 6.900% maiores que os do programa Bolsa Família, que tem sua execução no orçamento federal.
- Sobre o fundo constituído pela Caixa, sob a forma de condomínio de natureza especial, de natureza privada e patrimônio próprio, incidem taxas, encargos e despesas do fundo, pagas ao administrador do fundo, segundo seu estatuto. Muitas delas atreladas ao volume de recursos a ele vinculado. Estão autorizadas as seguintes cobranças a título de taxa de administração:

1) percentual incidente sobre o total dos recursos do fundo do dia anterior ao da apuração calculado e provisionado diariamente, pagos mensalmente, referente à administração e gestão da carteira de ativos do FIPEM;

2) R\$ 664.965,77, cobrados mensalmente, relativo a despesas incorridas em atividades administrativas; e

3) R\$2,25 por abertura e manutenção das poupanças, por crédito de parcela realizada ao estudante, até o máximo de R\$57.700.000,00 de valor anual global.

- Veja, supondo que o quantitativo de beneficiários que o MEC afirma ter atendido esteja distribuído igualmente entre os três anos do ensino médio e que os alunos do primeiro e segundo ano geram 11 operações por ano e os do terceiro 12, ao custo unitário de depósitos de R\$ 2,25, o valor do teto previsto no item 3 já teria sido superado.
- Além do somatório dos itens que compõem a taxa de administração, ainda são cobrados valores a título de encargos de despesas como remuneração da administradora, consultores especializados, taxas e impostos, honorários e despesas do auditor independente, comissões com ativos mobiliários, honorários advocatícios, dentre outros. Despesas essas cujos valores não estão divulgados.
- Ou seja, todos os valores operacionais do fundo, os desembolsos e os destinatários dos recursos que deveriam estar publicizados não estão divulgados nem pelo MEC, nem pela Caixa. Como dito, na página dedicada do MEC apenas constam números globais de beneficiários, enquanto que a Caixa disponibiliza no “Canal Fundos de Governo” apenas o estatuto do fundo e os informativos com as cotas integralizadas e o valor do patrimônio do Fipem, que como mencionado demonstram a desvalorização das cotas do fundo.



# 3 POLÍTICA

## Políticas Públicas do Governo Lula Possuem Péssimo Números

*A cada mês, três vezes mais pessoas no Brasil são registradas como moradores de rua; Registro de aumento no número de famílias em situação de pobreza e a má distribuição de renda no Programa Bolsa Família.*

### Aumento do número de moradores de rua

- A principal bandeira e promessa eleitoreira do Governo Lula é a realização de políticas públicas de assistência social, porém segundo dados divulgados pelo próprio Governo Federal a tentativa de transferência de renda, erradicação da fome, extrema pobreza e a diminuição das desigualdades sociais possuem números desagradáveis, principalmente quando comparados a gestão anterior.
- Segundo dados da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (Sagica) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, desde o início do governo Lula até julho de 2024, um total de 15 meses, o número de famílias vivendo nas ruas no país passou de 194,3 mil para 291,4 mil, ou seja, 97,1 mil famílias a mais.



- Segundo informações do jornal eletrônico Gazeta do Povo, o Sagicad fornece dados apenas de “famílias em situação de rua”, mas segundo o próprio governo, cerca de 92% das famílias registradas como em situação de rua são classificadas como “unipessoais”, enquanto que apenas 8% dos moradores de rua no Brasil estão acompanhados de familiares.
- Em apenas 15 meses o governo petista já superou o crescimento observado em todo o governo Bolsonaro. Isso porque, entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022, observando o cenário caótico da pandemia, no governo Bolsonaro, a média mensal de novas famílias nas ruas foi de 1.660 famílias. Enquanto que no governo Lula, a média triplicou, e em julho de 2024 o número já estava em 5.264 famílias.

Figura. Quantitativo com evolução das pessoas em situação de rua no Cadastro Único:



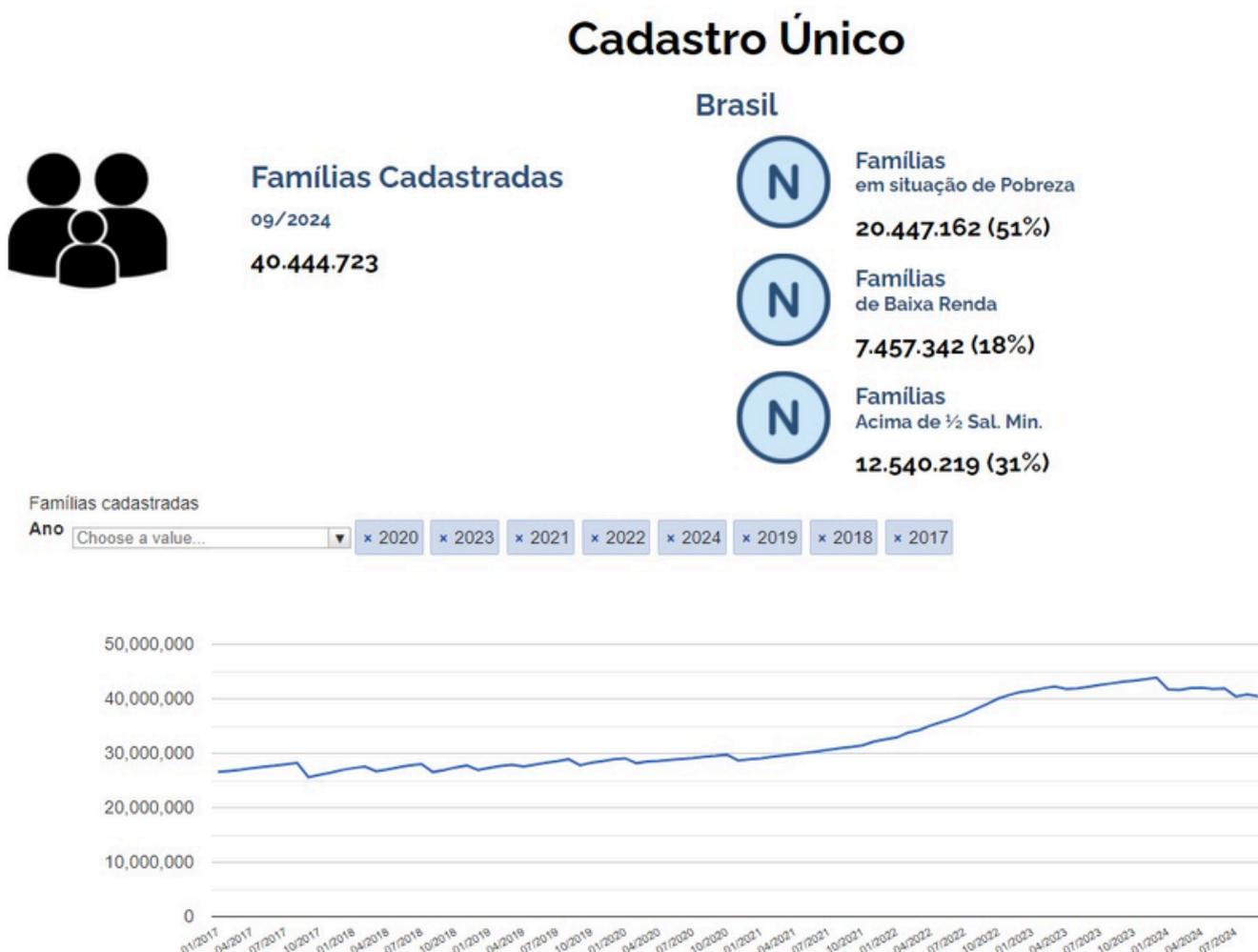
Fonte: [SAGICAD](#).

## Aumento do número de famílias em situação de pobreza

- Arelado ao aumento exponencial de pessoas em situação de rua no Brasil, os dados de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único - CECAD revelam que as famílias em situação de pobreza, de baixa renda e com renda acima de meio salário mínimo aumentaram.

- Atrelado ao aumento exponencial de pessoas em situação de rua no Brasil, os dados de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único - CECAD revelam que as famílias em situação de pobreza, de baixa renda e com renda acima de meio salário mínimo aumentaram.
- Atrelado ao aumento exponencial de pessoas em situação de rua no Brasil, os dados de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único - CECAD revelam que as famílias em situação de pobreza, de baixa renda e com renda acima de meio salário mínimo aumentaram.
- Em 2020, em meio a pandemia da Covid - 19, o governo Bolsonaro fechou o ano com o total de 32.553.506 mil famílias em situação de pobreza, de baixa renda e com renda acima de meio salário mínimo, enquanto que em 2023, no governo Lula, este número passou a ser de 43.882.020 mil famílias.

Dados do CECAD:



Fonte: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>

## A distribuição de benefícios está combatendo a pobreza?

- O programa Bolsa Família atende mais de 20 milhões de brasileiros em todo o país, sendo que um dos critérios para o recebimento do benefício é a necessidade de que a renda mensal de cada pessoa da família seja de, no máximo, R\$ 218,00. Porém, beneficiários do programa Bolsa Família realizaram R\$ 652 mil reais em doações a candidatos nas Eleições Municipais de 2024, repasses que variam de um centavo a R\$ 9 mil reais.
- Segundo dados divulgados pelo Jornal Eletrônico Metrôpoles, ao menos 419 doadores que recebem Bolsa Família fizeram repasses aos candidatos abaixo de R\$ 100,00. Outros 177 beneficiários fizeram doações entre R\$ 500,00 e R\$ 1 mil, enquanto 297 transferiram montantes acima de R\$ 1 mil
- Conforme instrução normativa do Ministério da Cidade, a doação a campanhas eleitorais não é proibida, mas deve ser compatível com o perfil de renda das famílias, prevendo inclusive penalidades para repasses em montante per capita mensal igual ou superior a dois salários mínimos, incluindo o cancelamento do benefício das famílias que tenham integrantes identificados como doadores de recursos financeiros a campanhas eleitorais.
- Apesar da principal bandeira do Governo Lula ser a política pública de assistência social, percebe-se que a distribuição de renda não vem ocorrendo como deveria, existem fraudes gritantes, e não há o correto combate à pobreza e à insegurança alimentar.





# TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

## Lula contra Transparência

*O governo impôs sigilo à lista de passageiros do voo de Lula após uma escala não explicada em São Paulo, levantando suspeitas de uso indevido do avião presidencial, descumprindo promessas de transparência feitas durante a campanha.*

### Síntese

- O governo impôs sigilo à lista de passageiros do voo de Lula após uma escala não explicada em São Paulo, levantando suspeitas de uso indevido.
- O GSI justificou a medida com base na segurança das autoridades, com a liberação das informações prevista apenas ao final do mandato.
- O evento se soma aos reiterados descumprimentos das promessas de campanha relacionadas à transparência.



## Análise

- O governo federal impôs sigilo à lista de passageiros que acompanharam o presidente Lula em voo de retorno do Chile em 6 de agosto, após uma escala de 10 minutos em São Paulo, levantando suspeitas de uma possível "carona" para primeira dama.
- A distância entre Santiago e Brasília não justifica uma parada técnica, que duraria pelo menos uma hora, e o Palácio do Planalto não esclareceu se a escala foi para a primeira-dama, Janja, que estava em São Paulo. Com a lista de passageiros sob sigilo, o motivo da escala em São Paulo permanece sem explicação.
- O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) teria respondido [a pedido da Folha de São Paulo](#), feito pela Lei de Acesso à Informação, afirmando que a solicitação está sob sigilo "reservado", com divulgação prevista apenas após o fim do mandato presidencial.
- O GSI, responsável pela logística das viagens do presidente, baseou sua decisão no artigo 25 do Decreto 7.724/2012, alegando que a divulgação dos dados poderia "comprometer a segurança de autoridades e suas famílias".
- A apropriação da coisa pública para satisfazer interesses particulares configura uma afronta inequívoca aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e transparência, que regem a administração pública. Tal conduta compromete a integridade institucional, beneficiando seletivamente indivíduos em detrimento do interesse público, e fomenta a erosão da confiança social nas instituições estatais, em flagrante desrespeito ao dever de probidade administrativa.
- Ademais, trata-se de novo descumprimento de promessa de campanha do então candidato Lula, que faria um governo pautado pela transparência.

*"No primeiro dia de governo nós vamos fazer um decreto para acabar com o sigilo de 100 anos. O povo deve ver o que estão escondendo. #BrasilDaEsperança".*

[Lula, na plataforma X.](#)



*“Eu quero ver você explicar a forma sigilosa que você colocou tantas coisas na sua vida. Tudo é motivo de sigilo. Tudo é motivo de sigilo. Tudo é motivo de sigilo. Você sabe que isso tem perna curta, porque vai acabar. Porque eu vou ganhar as eleições e quando chegar dia 1º de janeiro eu vou pegar o seu sigilo e vou botar o povo brasileiro para saber porque você esconde tanta coisa. Afinal de contas, se é bom não precisa esconder.”*

[Lula, no Debate Presidencial da Band 2022.](#)



- Cabe mencionar que a área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou que a Força Aérea Brasileira (FAB) disponibilizasse os registros de voos realizados nos termos do [Decreto 10.267/2020](#), a fim de viabilizar uma análise integral destinada à aferição da legalidade, legitimidade e transparência no uso das aeronaves.
- No entanto, o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em despacho proferido no âmbito do TC 007.081/2022-7, decidiu suspender a exigência de publicação desses dados, fundamentando-se na necessidade de resguardar a segurança de altas autoridades e na iminente tramitação do [Projeto de Lei 3.392/2021](#), sendo essa posição referendada pelo Presidente do TCU, Bruno Dantas.
- A manutenção do sigilo é controversa, pois tanto o [Decreto 10.267/2020](#) quanto a Lei de Acesso à Informação ([Lei 12.527/2011](#)) não contemplam exceção para a não divulgação das informações referentes aos voos após sua realização, ou seja, quando em tese não poderiam mais comprometer a segurança de autoridades.
- Nos termos da Lei de Acesso à Informação, o sigilo deve ser temporário e restrito a situações em que haja comprovado risco à segurança, sendo a transparência a regra geral. No caso em tela, não vemos como a divulgação de informações pretéritas prejudicam a segurança das autoridades envolvidas.
- Por fim, a decisão atual entra em conflito com precedentes anteriormente firmados pelo próprio TCU, como no processo [TC 025.435/2021-3](#), em que se determinou a publicização dos dados relacionados ao uso das aeronaves da FAB, durante o governo Bolsonaro.

5

## MEIO AMBIENTE

# Governo Federal Apresenta Projeto ao Congresso que Pode Criminalizar Produtores Rurais de Boa Fé

O [Projeto de Lei nº 4.000, de 2024](#), enviado pelo Poder Executivo ao Congresso, visa aumentar as penas para crimes ambientais, alterando a Lei de Crimes Ambientais ([Lei 9.605/1998](#)). Embora o combate ao crime ambiental seja essencial, este projeto levanta sérias preocupações quanto à sua aplicação prática e à possível criminalização de produtores rurais que, muitas vezes, são as principais vítimas dos crimes ambientais.

- É evidente a intenção do governo em endurecer o tratamento de infrações ambientais, especialmente no contexto da Amazônia, onde as operações ilegais de extração de madeira e mineração frequentemente se misturam com atividades do crime organizado. Contudo, a aplicação generalizada dessa legislação pode acabar atingindo pequenos e médios produtores que, mesmo atuando dentro das regras, são expostos a riscos ambientais e têm o uso controlado do fogo, por exemplo, como ferramenta para suas atividades rurais.



- A proposta apresentada altera significativamente as penas para infrações ambientais, transformando várias sanções de detenção para reclusão, o que, por si só, modifica o regime inicial de cumprimento das penas, colocando crimes ambientais de menor gravidade no rol de crimes mais graves. Além disso, propõe o aumento de penalidades para crimes que envolvem unidades de conservação, flora e fauna, e crimes que possam causar **danos climáticos**.

## O problema de inserir o conceito de "dano climático" na legislação brasileira

- A tentativa do governo de introduzir o conceito de "dano climático" na legislação ambiental brasileira, como observado no [PL nº 4.000/2024](#), enfrenta diversos desafios de ordem jurídica e prática. Embora o impacto das mudanças climáticas seja uma realidade global e reconhecida, a falta de clareza legal e metodológica em torno da definição e quantificação desse dano cria um terreno perigoso para a segurança jurídica no Brasil.
- Um dos principais problemas dessa proposta reside na dificuldade de medir objetivamente os chamados "danos climáticos". **Diferente de danos materiais, como desmatamento, poluição de rios ou destruição de fauna e flora, que podem ser quantificados por critérios técnicos bem estabelecidos, os danos climáticos envolvem fenômenos globais e de longo prazo. A alteração de ciclos hidrológicos, a emissão de gases de efeito estufa (GEE) e a perda de biodiversidade afetam o clima de maneiras complexas, tornando extremamente difícil traduzi-los em valores monetários concretos.**
- Além disso, a Lei de Crimes Ambientais ([Lei nº 9.605/1998](#)) ao focar em danos materiais, não o fez por limitação accidental. Esta foi a forma de proteção contra arbitrariedades, uma vez que faltam parâmetros técnicos precisos para medir impactos climáticos de forma equitativa. Criar um novo tipo de dano sem um arcabouço legal detalhado resultaria em interpretações subjetivas e decisões judiciais exponencialmente desequilibradas.
- Essa incerteza jurídica abre brechas para o uso indevido de estimativas abstratas, o que poderia gerar valores exorbitantes sem base técnica sólida. Isso prejudicaria não apenas a segurança jurídica, mas também os setores produtivos do país, como o agronegócio, que já são altamente regulados. A imposição de novas obrigações financeiras sem critérios claros e transparentes pode inibir investimentos e desestimular práticas sustentáveis por medo de penalidades desproporcionais.

- Outro ponto problemático é que a criação de um instituto legal baseado em "dano climático" ignora o papel crucial de um **sistema de prevenção eficiente**. A proposta governamental foca quase exclusivamente em reparações financeiras, deixando de lado a necessidade de fortalecimento das instituições de fiscalização ambiental e de políticas preventivas eficazes. Sem essas políticas, o garimpo ilegal e outras práticas prejudiciais ao meio ambiente continuarão a ocorrer, tornando as ações punitivas ineficazes.
- Por fim, a introdução do conceito de "dano climático" sem uma base legal sólida pode criar um precedente perigoso, onde outros setores produtivos, que geram impactos ambientais inevitáveis, sejam indevidamente penalizados. O consequentialismo jurídico sugere que as sanções devem ser proporcionais ao dano comprovado. No entanto, sem critérios claros, essa proporcionalidade pode ser violada, prejudicando tanto o setor produtivo quanto a justiça ambiental.
- **A oposição no Congresso deve buscar barrar a introdução do conceito de "dano climático" sem um estudo jurídico e técnico robusto que defina seus limites e sua aplicabilidade prática. Para isso, é essencial propor emendas que protejam o setor produtivo contra penalizações desproporcionais e garantir que qualquer medida adotada respeite a segurança jurídica, priorizando sempre políticas de prevenção ambiental ao invés de apenas ações punitivas.**

- A inclusão de penalidades agravadas para danos indiretos a terras indígenas e zonas de amortecimento de unidades de conservação também requer cautela, pois a definição e demarcação de tais áreas nem sempre está clara, o que pode gerar insegurança jurídica. A forma como o [PL 4.000/2024](#) trata esses aspectos tende a criar um ambiente hostil para os produtores, ao dificultar a sua defesa legal diante de sanções rigorosas e ao não diferenciar adequadamente a ação de criminosos organizados daqueles que exercem suas atividades de forma sustentável e legal.

## Situação do CAR

- O foco em grandes reparações financeiras e sanções severas apenas servem para mascarar a falha na atual gestão ambiental do país, comandada por Marina Silva.
- O discurso governamental de proteção ambiental é vazio enquanto a realidade mostra um [sistema](#) paralisado e ineficaz. Basta observar a

situação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Apenas 1,4% dos mais de 7 milhões de cadastros preenchidos por proprietários rurais tiveram suas análises concluídas até a última publicação do [Boletim](#).

- A falta de empenho do governo em resolver o problema do CAR impossibilita os proprietários rurais de boa fé a alcançarem a tão desejada regularização ambiental e, assim, garantir a exploração da atividade agropecuária fora de terras indígenas ou unidades de conservação.
- É imperativo que o governo federal adote medidas rápidas e concretas para resolver esses gargalos, garantindo que o CAR cumpra seu papel vital na preservação ambiental e no desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro antes de se criar sanções exageradas.

## Conclusão

- O endurecimento das penalidades pode, sim, contribuir para combater crimes ambientais graves, mas a proposta não considera suficientemente a necessidade de proteger os direitos dos produtores rurais que atuam dentro da lei. Os senadores da oposição devem atuar para garantir que o texto garanta o equilíbrio entre a preservação ambiental e a produção agrícola, incluindo a proteção de produtores que se utilizam de práticas conforme a legislação vigente. É preciso evitar uma criminalização excessiva e injusta do setor agropecuário, crucial para a economia e segurança alimentar nacional.



# 6 AGRO

## Governo ignora relatório da CGU e pretende gastar R\$ 450 milhões com novas terras para o MST, enquanto assentados existentes sofrem com o abandono

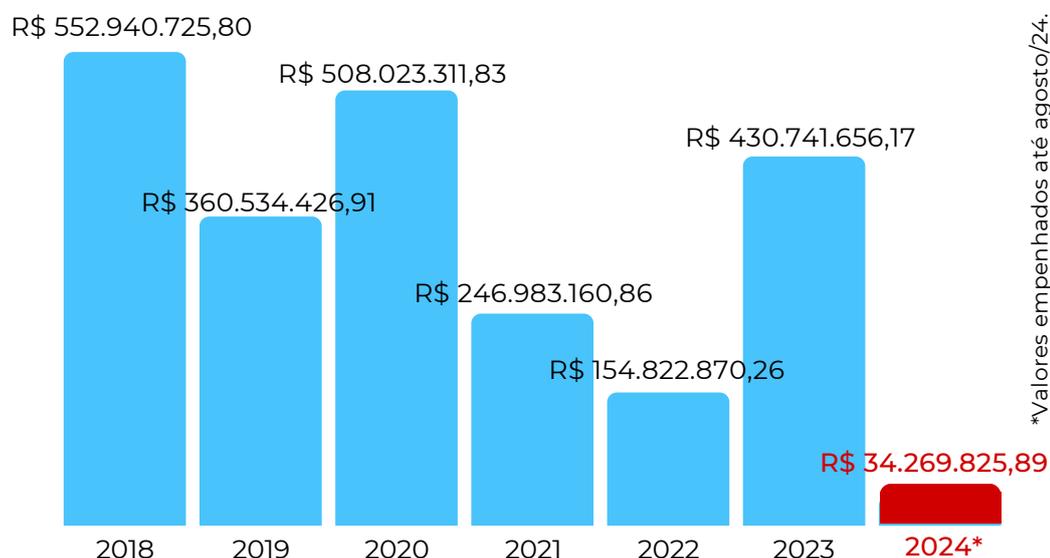
*O governo federal anunciou a destinação de R\$ 450 milhões para a compra de terras destinadas à reforma agrária. Um movimento que privilegia a expansão de grupos como o MST, enquanto não resolve as falhas estruturais graves dos atuais projetos de assentamentos.*

- O valor para a compra de terras destinadas à reforma agrária deve chegar a R\$ 450 milhões até o final do ano. Esta foi a previsão do ministro do desenvolvimento agrário, Paulo Teixeira, em [entrevista](#) ao jornal Folha de S. Paulo, para atender ao [programa Terra da Gente](#).



- Neste contexto, **o governo ignora [relatório de avaliação da auditoria da CGU](#), que revela que mais de 94% dos assentamentos existentes não foram consolidados. Mais de 900 mil famílias continuam em condições precárias, sem acesso à infraestrutura, saneamento e serviços essenciais.**
- Além disso, o ministro Paulo Teixeira afirmou que seu ministério encontrou R\$ 700 milhões remanescentes de recursos do governo FHC que serão destinados ao crédito de instalação para os assentados. Essa declaração levanta sérios questionamentos, e o ministro deve prestar esclarecimentos sobre a real origem e condições desse suposto “dinheiro encontrado”. A transparência sobre esses recursos é crucial, pois a alocação desses valores deve respeitar as prioridades fiscais atuais.
- Mesmo que a tese de "dinheiro encontrado" se confirme, seria mais prudente que o governo utilizasse esses recursos para reduzir o déficit público, aliviando o rombo nas contas públicas que deterioram a economia nacional. Ou ao menos destinasse o montante para os assentamentos já existentes. **A aplicação desses valores para cobrir gastos adicionais com novos assentamentos, enquanto os existentes estão abandonados, representa uma política fiscal irresponsável.**
- Conforme abordado em nosso [Relatório da Oposição N° 66, de 23 de setembro de 2024](#), o orçamento empenhado para a consolidação de assentamentos em 2024 é significativamente baixo em comparação com as necessidades reais das famílias assentadas.

**Gráfico.** Total de valores empenhados por programas relacionados ao processo de consolidação:



**Fonte:** Elaborado por Observatório da Oposição, com dados da CGU.

- Essa política de compra de novas terras para o MST agrava uma situação já crítica, onde assentados existentes permanecem abandonados. A auditoria da CGU mostra que **apenas 6% dos assentamentos criados desde 1975 foram de fato consolidados**, refletindo a falta de investimentos necessários em infraestrutura e assistência técnica. O relatório destaca que **o orçamento para a consolidação de assentamentos em 2024 foi de apenas R\$ 34,3 milhões, resultando em uma média insignificante de R\$ 37,80 por família assentada**.
- A decisão do governo demonstra uma clara priorização de agendas políticas em detrimento da verdadeira reforma agrária, que deveria focar na consolidação dos assentamentos existentes. A falta de titulação das terras e o abandono das famílias já assentadas mostram uma política pública falida, com foco mais em criar novos assentamentos e atender às pressões do MST do que em fornecer condições dignas para os já instalados.

### Proposta de atuação da oposição

- **A oposição deve ficar vigilante e agir para impedir a destinação de recursos para novas aquisições de terras - seja pela rejeição do [PLN 15/2024](#), seja pela retirada dos recursos previstos no [PLOA 2025](#) - sem que antes haja uma verdadeira consolidação dos assentamentos já existentes.**
- Importante observar que, aparentemente, os recursos reservados para a aquisição de terras dentro do PLOA 2025 não mais se encontram na ação orçamentária 211B (Aquisição de Terras), mas na ação 21GB (Reforma Agrária e Governança Fundiária).
- Já propostas legislativas que fortaleçam a titulação definitiva e a melhoria da infraestrutura para os assentados são urgentes, evitando o desperdício de recursos públicos e garantindo a segurança jurídica e o desenvolvimento do campo.





## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

### PT de Lula reconhece a vitória de Maduro nas eleições da Venezuela

*O PT assinou uma resolução do Foro de São Paulo que reconhece a vitória eleitoral de Nicolás Maduro e expressa solidariedade ao seu regime. O documento também traz críticas a governos de direita na América Latina, como o de Luis Lacalle Pou, no Uruguai; Javier Milei, na Argentina; e Daniel Noboa, no Equador.*

- O Partido dos Trabalhadores (PT) assinou, nesta semana, um [documento](#) no Foro de São Paulo que reconhece a vitória de Nicolás Maduro nas eleições presidenciais da Venezuela, realizadas em julho deste ano. A informação foi [divulgada](#) pela CNN Brasil.



- As eleições, cercadas de alegações de fraude, resultaram na declaração de Maduro como vencedor pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), órgão controlado pelo próprio governo. Maduro teria obtido 51% dos votos, enquanto seu principal oponente, Edmundo González, ficou com 44%. No entanto, a oposição, apoiada pela ONG Centro Carter, afirma que González foi o verdadeiro vencedor, com base em documentos coletados durante o processo eleitoral. Até o momento, o governo de Maduro se recusa a divulgar as atas de apuração.
- O Foro de São Paulo é uma organização fundada em 1990 que reúne partidos de esquerda da América Latina e do Caribe, e tem o objetivo de promover alternativas às políticas dominantes na região durante a década de 1990, conhecidas como "neoliberais", e de fomentar a integração latino-americana nos âmbitos econômico, político e cultural, a iniciativa buscou adotar uma estratégia democrática. A resolução assinada pelo PT foi fruto de uma reunião do grupo no México em 29 de setembro deste ano, dois dias antes da posse da nova presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, evento que contou com a presença do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).
- O documento, de sete páginas, faz duras críticas a governos de direita na América Latina, como os de Luis Lacalle Pou, no Uruguai; Javier Milei, na Argentina; e Daniel Noboa, no Equador. Além disso, condena ações de Israel na Palestina, referindo-se a elas como "limpeza étnica", bem como ataques ao Líbano. Também denuncia a crescente presença militar dos Estados Unidos na região e o avanço da extrema-direita na Europa.
- A resolução enfatiza a importância da unidade das forças democráticas, progressistas e revolucionárias diante da "ameaça crescente do extremismo de direita, do neofascismo e do imperialismo". Defende, ainda, a luta pela paz, pela soberania e pela justiça social na América Latina.
- Em relação ao Brasil, o documento acusa a direita de tentar impedir os avanços do governo Lula, apesar da derrota nas eleições presidenciais de 2022. Segundo o Foro, o governo petista tem conseguido tirar o país do mapa da fome, promovendo crescimento econômico e distribuição de renda.
- Ana Prestes, secretária de Relações Internacionais do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e representante da legenda no Foro de São Paulo, declarou à CNN que a posição do governo brasileiro em relação à Venezuela é "confusa e precisa ser mais clara". Ela defendeu que "não existem provas de que Maduro perdeu a eleição".

- Desde seu retorno à presidência em 2023, Lula adotou um discurso de defesa da soberania dos países latino-americanos, evitando críticas diretas ao governo de Maduro e se posicionando contra intervenções estrangeiras ou sanções unilaterais. Em maio de 2023, Lula recebeu Maduro em Brasília para a cúpula de presidentes sul-americanos, reiterando seu apoio ao diálogo e à busca de soluções internas para a crise venezuelana. Durante a visita, Lula chegou a afirmar que a narrativa de autoritarismo atribuída ao governo venezuelano era exagerada e que havia "preconceito" contra a Venezuela, gerando reações imediatas de setores da imprensa e de líderes da oposição. Além disso, o petista chegou a dizer que não houve nada de anormal nas eleições presidenciais da Venezuela.
- Lula defende que o isolamento de Maduro não contribui para a estabilidade política da região e que o diálogo entre os países sul-americanos é a chave para superar os impasses. Para o presidente brasileiro, a soberania da Venezuela deve ser respeitada, e qualquer solução para a crise deve partir do próprio povo venezuelano, sem imposições externas.

**Veja a íntegra do documento que reconhece a vitória de Maduro, clicando na imagem:**



# 8 DEFESE

## O Ministro da Defesa de Lula Confessou

*A Oposição no Senado e na Câmara questionam o governo Lula por decisões “ideológicas”. Deputada federal catarinense entrou com pedido de investigação na Procuradoria-Geral da República para averiguar eventuais crimes cometidos por ministro da Defesa do governo Lula.*

- “A questão diplomática interfere na Defesa. Houve agora uma concorrência, uma licitação. Venceram os judeus, o povo de Israel, mas por questões da guerra, do Hamas, dos grupos políticos, nós estamos com essa licitação pronta, mas por questões ideológicas não podemos aprovar. O TCU não permitiu dar ao 2º colocado e nós estamos aguardando que essas questões passem para que a gente possa se defender”, José Múcio.



- Essas foram as palavras proferidas por José Múcio, ministro da Defesa do presidente Lula, em um evento na Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo no dia 9 de outubro de 2024. Este Observatório da Oposição adiantou em [relatório](#) recente que a decisão de interromper o processo licitatório da compra dos blindados israelenses era estritamente de cunho ideológico.



O Vice-Líder da Oposição, senador Marcos Rogério (PL/RO), em discurso proferido na tribuna do Senado Federal após a divulgação do discurso discriminatório do Ministro da Defesa, afirmou que as ações de segurança nacional estão paralisadas, e o Ministro da Defesa, de mãos atadas. “Foi porque a empresa vencedora não tinha os requisitos técnicos? Porque a empresa vencedora tinha envolvimento com “Mensalão”, com “Petrolão”, com corrupção? Também não! Foi porque a empresa vencedora é de Israel!”, disse o senador.

- Marcos Rogério reconheceu que, no início, teve dificuldade para interpretar a fala do ministro, mas acabou concluindo que Múcio estava denunciando algo que teria precisado “cumprir constrangidamente”.
- O senador acusou o governo Lula de discriminação e lembrou que a Lei de Licitação não inclui aspectos ideológicos como critérios de desclassificação. “Daqui a pouco, não vai poder fazer negócios com empresas de países com ideologia progressista? Mas isso não está na lei. É uma jabuticaba inventada pelo PT e seus puxadinhos”, afirmou o Vice-Líder da Oposição.
- Marcos Rogério também questionou o governo Lula por manter relações diplomáticas e comerciais com países reconhecidamente não democráticos como a Venezuela. “Lula é a representação perfeita do que é um governo do atraso, que norteia as suas ações com base em convicções e interesses pessoais, em posições ideológicas, em desrespeito aos princípios da administração pública. É hora de colocar, de fato, o Brasil acima de tudo; e os interesses da nação em primeiro lugar”.



O senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ) também se manifestou no plenário do Senado, condenando a intervenção do governo Lula na compra realizada pelo Exército Brasileiro. “Até quando nós vamos ter que admitir uma postura dessa, que apequena o Brasil, que envergonha as empresas brasileiras e as empresas de fora que querem investir no Brasil e, a qualquer momento, sem nenhuma segurança jurídica, por uma questão ideológica, são obrigadas a se deparar com situações como essa”, afirmou Flávio Bolsonaro.

- A Oposição na Câmara dos Deputados protocolou um convite para que o ministro da Defesa de Lula compareça na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) para explicar demais detalhes sobre o caso, além de verificar se o ministro da Defesa cometeu crime de responsabilidade.



Outros crimes como racismo, discriminação, preconceito racial, além de antissemitismo também possam se enquadrar no referido caso. A deputada federal Julia Zanatta (PL/SC) apresentou uma denúncia contra o ministro da Defesa à Procuradoria Geral da República, além de um requerimento de informações para que Múcio explique o que impediu a licitação.

- Segundo Zanatta, o objetivo inicial da denúncia protocolada é “a instauração de procedimento investigativo pela PGR a fim de assegurar a responsabilização de qualquer ato discriminatório que contrarie os preceitos legais e constitucionais, garantindo que o estado de direito prevaleça e que a confiança nas instituições seja restaurada”.
- No requerimento de informações entregue por Zanatta, a parlamentar catarinense quer saber quais são os motivos ideológicos específicos que impediram a aprovação da licitação e se tal decisão de barrar a licitação pode impactar outras colaborações ou contratos em curso com o Estado de Israel.
- Zanatta também questiona se houve comunicação formal com o governo de Israel sobre o cancelamento ou suspensão da licitação.



O deputado federal Alfredo Gaspar (União/AL) apresentou três requerimentos para que o assessor especial da Presidência da República e ex-Chanceler, Celso Amorim, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira e o ministro Múcio esclareçam o impacto de questões ideológicas nas relações diplomáticas entre Brasil e Israel.

- O ministro da Defesa inclusive havia consultado o Tribunal de Contas da União para verificar se seria possível “restringir ou impedir” a participação de companhias “com vínculos com país em situação de conflito armado” em licitações. Não há citações a Israel na consulta nem no Acórdão do TCU. No entanto, usou-se o argumento de comprar armas de países em guerra para barrar a Elbit Systems – o que foi negado.

## Acórdão TCU nº 1918/2024

- Segundo o [Acórdão nº 1918/2024 do TCU](#), a legislação vigente relativa ao tema, em especial a Lei 12.598/2012 (que estabelece Normas Especiais para as Compras, as Contratações e o Desenvolvimento de Produtos e de Sistemas de Defesa) e o Decreto 9607/2018 (que institui a Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa), não apresenta restrições com relação a fornecedor ligado a um país que esteja em situação de conflito bélico, quanto à participação em licitação ou à realização de contrato para a importação de produtos de defesa.
- Assim sendo, o TCU impede o Ministério da Defesa de barrar a empresa israelense Elbit Systems do processo licitatório o qual foi vencedora, em abril de 2024.



Segundo Gunther Rudzit, Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, especialista em Segurança Internacional, “É uma incoerência e uma intervenção que considero indevida em uma lógica militar.

- Além do mais, a entrega e o pagamento desse equipamento não será de imediato. Vai demorar alguns anos para começar a receber (os blindados) e nós pagarmos, portanto, não vai ajudar Israel em nada na guerra que está acontecendo nesse momento”.
- Rudzit ainda pontua que compras militares são decisões que vão além de governos e que questões ideológicas não deveriam ser consideradas. “Tecnologicamente e a oferta financeira (feita pela Elbit Systems) foram imbatíveis, portanto, tinha que ser escolhido mesmo. O governo barrar essa compra é uma interferência política numa decisão militar”, afirmou o especialista.

